

## GRUPOS DE INTERESSE E PREFERÊNCIAS INTENSAS: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA DIREITA CRISTÃ NORTE-AMERICANA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO BUSH.

Wagner Martins dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** A relação entre religião e a política americana não é um fenômeno novo. No entanto, apesar de não ser novo, a influência religiosa varia a cada mudança presidencial de acordo com as crenças e valores pessoais de cada presidente. Dessa forma, buscou-se compreender a influência dos princípios religiosos sobre a política interna americana durante o governo de George W. Bush, culminando com a formulação das políticas públicas estadunidenses baseadas em princípios religiosos. Diante de uma questão dessa natureza, tivemos o cuidado de buscar alguns discursos oficiais do ex-presidente que mostrassem a posse de elementos cristãos que justificassem a implementação das “iniciativas baseadas na fé”, através de um viés ideológico conservador e que caracterizou a política interna americana durante o governo Bush. A análise permitiu que se comparasse o discurso com a prática governamental. A pesquisa também busca analisar a diferença entre o discurso de separação entre Igreja e Estado e a prática política, uma vez que as ações governamentais foram de encontro ao princípio básico e norteador da constituição americana. Por fim, concluiremos balizando a respeito do entrecruzamento religioso e as ações do governo Bush, imbuído de caráter religioso e que demonstrou, na prática, essa influência sobre as políticas públicas de seu governo. Embora a noção de separação entre Igreja e Estado faça parte das características basilares da democracia americana, na prática não se comprova, em especial durante o governo Bush, abertamente declarado a favor de um viés ideológico religioso que amparasse suas decisões e encontrasse guarida nos americanos que o apoiassem.

1519

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Governo Bush, Religiosidade.

Não existe uma definição precisa e única sobre o que seja política pública. Algumas definições, como a de Peters (1986), entende que política pública seja “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Já Dye (1984) entende ser “o que o governo escolhe ou não fazer”. Embora outras organizações possam influenciar os governos e induzi-los quanto à formulação de políticas públicas, o Estado continua sendo a fonte primária para formular e implantar as políticas de acordo com a necessidade e o clamor social.

Nesse sentido, os partidos políticos exercem fator crucial, a ponto de Easton (1965) afirmar que as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de

---

1 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Relações Internacionais. Bolsista CAPES

interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Souza (2006) resume dizendo que a política pública é o:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Dessa forma, ao analisar o papel protagonista do Estado como fonte para a formulação de políticas públicas, a autora também entende que:

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada.

Apesar de o Estado não se constringer com os demais grupos sociais que o pressionam, como as Organizações não Governamentais (ONG) e os demais grupos de preferências intensas, eles exercem papel fundamental, pois são um farol do clamor social, atuando onde o Estado não alcança, ou não atua de forma eficiente, exercendo a aproximação entre a sociedade civil e o governo. Nesse viés, Souza (2006) conclui pontuando os elementos principais das políticas públicas, quais sejam:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Através dos pontos destacados pela autora, bem como as definições anteriormente destacadas, entendemos que as políticas públicas possuem grande valia, sendo capazes de envolver a sociedade civil e o estado em torno de um objetivo comum, que sempre visa à mudança ou aperfeiçoamento de uma área em questão.

## **O caso norte-americano e o governo bush**

A relação entre a religião e a política americana não é um fenômeno novo. Desde a colonização, os Estados Unidos entendiam possuir um “chamado divino” que se materializaria na expansão dos ideais libertários da nova nação às demais. A América se julgava possuidora de uma proteção divina, cujo objetivo seria o de levar os princípios políticos da nação a todos quantos fossem alcançados por ela. (KIERNAN, 2009). No entanto, apesar de a história americana ser dotada de elementos religiosos, foi no governo Bush que essa relação se tornou mais clara, a ponto de o governo justificar a criação de políticas por um viés religioso que, a princípio, não deveria ser norteador político, uma vez que a separação entre igreja e estado é basilar da constituição americana.

Mesmo antes de chegar à presidência, o ex-presidente já relatava sobre um possível chamado divino para concorrer à Presidência da República e as orações da Casa Branca solicitando ajuda de Deus para resolver problemas políticos. Já em 2003, como presidente, afirmava “sentir entre ele a presença do Todo Poderoso”<sup>i</sup>. Seus discursos relatavam a posse de princípios cristãos que permearam seus dois mandatos e se fizeram sentir na política interna e externa do seu governo, impondo conceitos e ações que, sem muito esforço, ainda são reverberadas através de guerras e o constante alerta sobre terrorismo, ataques preventivos e segurança internacional. Já no âmbito interno, as políticas públicas justificadas por elementos religiosos foram cruciais para a percepção e criação de políticas de combate a AIDS, além da destinação dos fundos federais para as “iniciativas baseadas na fé”<sup>ii</sup>. Durante a presidência, Bush afirmava que Deus estava constantemente envolvido nos negócios dos homens, portanto, ir contra a justiça e liberdade era atentar contra os desígnios divinos. Sendo assim, o governo Bush estaria imbuído de um mandato divino, sendo guiado por Deus através do presidente da nação. (SILVA, 2009, p. 195-196).

Ao analisarmos o papel da religião nas Relações Internacionais e na política interna dos Estados, notamos que ela é vista como um ator não estatal, mas que impacta sobre a natureza do Estado, suas leis e instituições, além de ter a capacidade de moldar valores, práticas e as normas da sociedade e da moral (WILKINSON, 2010, p.74). Apesar disto, a união de conceitos religiosos e políticos por muitas vezes é encarada como antagônica e divergente. A laicidade e independência dos Estados em relação a questões religiosas, sempre presente no mundo ocidental, faz com que, aparentemente, a religião não tenha relação direta com questões políticas. No entanto, ao nos depararmos com as atitudes motivadoras de algumas ações estatais no âmbito interno, como base para a formulação de uma agenda política,

notamos que elementos religiosos se fazem presente, legitimando e justificando sua criação. Dentre as nações, a América do Norte detém uma próxima relação entre o discurso político e o entrecruzamento com questões religiosas, refletindo essa proximidade em sua política interna e externa. (SOARES, 2012; ORTUNES, 2013).

Mais do que uma prática individual e espiritual, a religião ganhou espaço no cenário político, e se tornou um elemento importante das relações políticas, sociais e internas, claramente sentidas durante os mandatos de Bush à frente da Casa Branca. (SOARES, 2012; FOX, 2001; RESENDE, 2009).

### **A direita cristã e as políticas públicas do governo bush**

Apesar de contar com a influência de elementos religiosos desde sua fundação, foi no governo do então presidente Bush que se fez sentir de forma nítida a relação entre política e religião, levando essa relação para a agenda interna e externa dos Estados Unidos, bem como para a formulação das políticas públicas do país. O governo de George W. Bush, eleito inicialmente em 2000 e reeleito em 2004, teve como uma das suas principais características um discurso religioso claramente próximo ao da direita cristã norte-americana, seu braço político e eleitoral nos dois mandatos. (SILVA, 2008). Por direita cristã norte-americana, o autor resume como:

[...] um conjunto de grupos religiosos de variedade e composição diversas, que pregam, no entanto, alguns preceitos comuns e tendem a agir politicamente em bloco desde a década de 1980, vinculados prioritariamente ao Partido republicano. Ainda que tais preceitos sejam adotados especialmente por protestantes que, dependendo da sua doutrina específica se auto intitulam evangélicos, pentecostais ou carismáticos, alguns grupos católicos ortodoxos partilham de concepções próximas.

A direita cristã, assim como os demais grupos religiosos, está inserida em um grupo que possui preferências intensas no que concerne a assuntos que possam, de alguma forma, incorrer em temas que lhe são caros e possam tangenciar em seus princípios e valores religiosos. São grupos dispostos a investir ativamente em ações que estejam em consonância com suas crenças, extrapolando o nível da fé e incorrendo em políticas públicas estadunidenses. Pelo fato de as políticas públicas possuírem capacidade distributiva, interessa a diversos atores que possam vir a ser afetados por elas. (MILNER, 1997; MARTIN, 2000; LIMA, 2000, FARIA, 2012). Mesmo em temas de interesse que se acredite ser nacional,

grupos de preferências intensas tendem a se manifestar e vocalizar suas preferências quanto a possíveis ações governamentais que os interessem. (MILNER, 1997).

Dessa forma, tendo como centro a ideologia partidária republicana, o governo Bush teve como uma das marcas as “iniciativas baseadas na fé”<sup>iii</sup>, onde se incluem programas de governo, tais como políticas públicas e investimento em grupos religiosos da sociedade civil. Essa união entre religião e políticas públicas é destacada por Silva (2008) como um ponto a ser discutido, uma vez que os Estados Unidos, considerado um país secular, priorizaria um segmento religioso em detrimento dos demais. Para ele:

[...] o importante é entender até que ponto existe uma orientação religiosa, não necessariamente encampada em foro íntimo pelo presidente, mas que gera repercussão em políticas públicas específicas e tende a colocar em questão a capacidade dos Estados Unidos de se governarem como um país secular.

Tanto a religião foi colocada por Bush a serviço de questões partidárias, quanto serviu para reforçar o sistema de crenças que permeiam a sociedade americana, servindo para fomentar o entrecruzamento entre as questões políticas e religiosas (NOVAES, 2007). Nesse sentido, a respeito da alocação de recursos federais, o então presidente afirmou que “Os fundos federais devem estar disponíveis para as organizações mais efetivas – sejam elas públicas ou privadas, grandes ou pequenas, baseadas na fé ou seculares”<sup>iv</sup>.

Dando ênfase às organizações baseadas na fé, o governo atuou em áreas que vão desde reformas legislativas até a ampliação do acesso a informação, chegando ao ponto de um treinamento técnico específico para facilitar a candidatura aos programas sociais, fazendo com que aumentasse a capacidade competitiva das organizações de caráter religioso por fundos federais (SILVA, 2008). Para o governo, seria de grande valia a promoção de oportunidades para obtenção desses fundos. Com isso, os centros federais que buscavam apoiar o ingresso de organizações com viés ideológico cristão exerciam papel fundamental, cujo objetivo principal era o de:

Conduzir auditorias departamentais que identifiquem todas as barreiras existentes para a participação das organizações baseadas na fé e outras organizações comunitárias no fornecimento de serviços sociais, incluso, mas não limitado às regulações, regras, ordens, licitações, políticas internas, práticas, e quaisquer outras atividades que aparentemente discrimine, desencoraje ou ofereça desvantagem à participação das organizações comunitárias baseadas na fé em programas federais.

No entanto, apesar do claro apoio do governo às organizações religiosas, Segal (200?) e Saperstein (200?) criticam as iniciativas, afirmando que:

Toda essa promoção institucional das iniciativas baseadas na fé é constitucionalmente controversa, já que a Primeira Emenda à Constituição americana, instituída em 1791, prevê a separação clara entre Estados e Igreja. Ao mesmo tempo ela proíbe o governo de promover uma religião e proteger qualquer organização religiosa. Fundos públicos direcionados a tais organizações para programas sociais deveriam ser sempre cuidadosamente examinados e fiscalizados, já que existe uma possibilidade clara de comprometimento de autonomia tanto das organizações religiosas, quanto da imparcialidade dos programas de apoio e do próprio Estado. A atenção à Primeira Emenda e/ou a fiscalização constante é uma via de proteção de mão dupla e garantiria, dentro dos preceitos do secularismo político do Ocidente, mais direitos, liberdades e oportunidades para as minorias religiosas.

Apesar da crítica, o governo investiu de forma maciça em programas com orientação religiosa, buscando alicerçar durante seu governo a concepção religiosa e o entrecruzamento das questões estatais com o cotidiano da sociedade norte-americana. Dessa maneira, o governo procurou firmar sua posição em diversos temas, desde “como lidar com os desenvolvimentos científicos no trato de células-tronco, passando pela construção de uma agenda de saúde pública sobre aborto” e também pelas questões sobre “educação sexual e Aids, chegando ao conteúdo da educação escolar pública e da orientação sexual”. Quanto às questões acerca do casamento, o governo Bush buscou apoiar emendas que pudessem banir o

1524

casamento entre pessoas do mesmo sexo (SILVA, 2008).  
Sobre o aborto, o autor destaca a posição firme do governo no sentido contrário à aprovação da prática abortiva, bem como relacioná-la diretamente ao câncer de mama. Para o governo, as mulheres que interrompem a gravidez estão mais propensas a adquirir o câncer de mama<sup>v</sup>. Apesar de não haver estudos que comprovem essa relação, o objetivo do governo é o de inibir o aborto, uma vez que tal prática não se coaduna com a ideologia religiosa estadunidense. Nesse sentido, o então presidente definiu o que ele entendia por uma “cultura da vida”<sup>vi</sup>, onde apresenta a posição contrária do governo a respeito da eutanásia, bem como da antecipação terapêutica do parto.

Faz-se necessária uma referência quanto às nomeações do então presidente para os juízes da suprema corte. Tendo em vista ser a maior autoridade jurídica do país, era de grande importância que os magistrados tivessem uma orientação ideológica em consonância com a visão de Bush. Uma corte conservadora seria mais propensa a validar ações presidenciais que estivessem de acordo com a maioria.

Tendo como ponto de partida as definições acerca do que são políticas públicas, entendemos que as ações do governo, orientadas por um viés religioso, se encaixam com as

definições outrora citadas, uma vez que as políticas do governo foram voltadas no intuito de aplicar princípios religiosos e adaptá-los às políticas públicas estadunidenses.

### **Considerações finais**

O governo Bush, uma vez tendo recebido um grande apoio de grupos religiosos conservadores, cuja ideologia inclinava para a direita cristã, buscou implantar uma gama de medidas que visasse amparar o eleitorado alinhado com sua visão ideológica. Durante seus dois mandatos, questões cruciais como o secularismo foram colocados em cheque por um conjunto de medidas que visasse a aproximação com a ideologia da direita cristã, a ponto de “decisões sobre saúde, tecnologia, educação e meio ambiente” [...] terem sido “permeadas por argumentos religiosos, tomando mesmo um caráter faccioso”. (SILVA, 2008).

Naturalmente que o artigo não visa esgotar o tema, uma vez que os dois mandatos do presidente possuem uma gama de medidas adotadas, de forma geral ou pontual, no sentido de reforçar o pensamento de um grupo da sociedade que, em detrimento das demais, teve sua ideologia aplicada às políticas públicas oficiais de toda uma nação.

As ações da direita cristã norte-americana mostraram, também, a capacidade de mobilização e articulação da sociedade civil, especialmente a de cunho conservador, grupo de preferências intensas e sempre atento a possíveis demandas que sejam de seu interesse. Dessa forma, o grupo se fortalece a ponto de poder, da mesma forma como fez com o governo Bush, buscar, também, influenciar nas decisões governamentais do presidente Barack Obama.

Apesar de a separação entre Igreja e Estado ser uma constante nos países ocidentais, a prática tem mostrado que ambas se cruzam constantemente. A questão a ser analisada é se é possível uma coexistência sadia entre Estado e religião, levando em consideração o fato de as ações estatais alcançarem quase a totalidade daqueles que estão em seu território, e considerar a grande diversidade religiosa contida em todo o espaço nacional. Essa imparcialidade, no entanto, não foi presenciada durante os dois mandatos do governo Bush, que se mostrou claramente inclinado por uma ideologia. Ao se mostrar inclinado a um grupo em detrimento dos demais, entendemos que essa ação encontra guarida no conceito de Sartori (1994) a respeito das decisões coletivizadas. Para o autor, elas se diferenciam das decisões individuais, grupais e coletivas pelo fato de serem tomadas visando afetar as preferências de um grupo. Daí a importância de entendermos o papel exercido por grupos religiosos na condução das políticas públicas de um governo.

## REFERÊNCIAS

- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. 1984.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.
- FOX, Jonathan. **Religion as an Overlooked Element of International Relations**. International Studies Association. U.S.A., 2001, p. 53-73.
- KIERNAN, Victor Gordon. **Estados Unidos: O novo imperialismo**. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro: ed Record, 2009.
- LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, 2000.
- MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- MILNER, Helen V. **Interests, Institutions and Information – Domestic Politics and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- NOVAES, Adauto. **“O esquecimento da política?”**. São Paulo: Agir, 2007, p. 151.
- ORTUNES, Leandro. **Religião e o discurso neoconservador nos Estados Unidos**. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18976/10405>>. Acesso em 26 de jun. 2014.
- PETERS. B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- RESENDE, Erica Simone Almeida. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a(re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas de política externa norte-americana**. Disponível em: <[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/tese\\_17\\_ago.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/tese_17_ago.pdf)>. Acesso em 26 de jun. 2014.
- SAPERSTEIN, David. Appropriate and Inappropriate use of religion. Em: DIONNE J., E. J. & Chen, Ming Hsu (Eds.). Op. Cit., 200?, p. 299.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: as questões clássicas**. São Paulo: Editora Ática. v. 2, 1994.
- SEGAL, Julie A. **Even Church-State Separationist Care about serving the poor**. In: DIONNE Jr., E. J. & Chen, Ming Hsu (Eds.) Op. Cit., 200?, p.105.
- SOARES, Pedro Gustavo Cavalcanti. **Um coeficiente religioso nas teorias das Relações Internacionais: Paradigmas, teóricos e soft power**. Disponível em: <<http://www.faculdedamas.edu.br/revistas/index.php/relacoesinternacionais/article/view/140/115>>. Acesso em 25 de jun. 2014.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**.



The Economist. **A hot line to heaven.** 18/12/2004. p. 39.

WILKINSON, Paul. **International Relations.** New York: Sterling Publishing, 2010, p.74.

White House Faith-Based & Community Initiative. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/government/fbci/president-initiative.html>. Acesso em 25 de jun. 2014.

---

i A Hot Line to Heaven. The Economist. 18/12/2004, p. 39.

ii Faith-based initiatives, do original. Serão abordadas mais adiante. Caracterizam-se por uma série de medidas do governo para o fomento de políticas públicas cuja base para criação seja amparada em princípios religiosos.

iii Faith-based initiatives. (Tradução nossa).

iv White House Faith-Based & Community Initiative. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/government/fbci/president-initiative.html>. Acesso em 25 de jun. 2014.

v MOONEY, Chris. Op. Cit. P. 250; KAPLAN, Esther. Op. Cit., p. 122.

vi Is United States becoming hostile to Science? Washington Post, 28/10/2005.